

**BAIXO ALENTEJO 2021-2027**  
**ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**



Este documento, que constitui propriedade da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, foi produzido com o apoio técnico da ImproveConsult - Consultoria e Estudos, Lda.

**ImproveConsult**   
Consultoria e Estudos

**IMPROVECONSULT - CONSULTORIA E ESTUDOS, LDA.**

Rua Latino Coelho, nº87

1050-134 Lisboa

Tel: 213 502 536

e-mail: [improve@improveconsult.pt](mailto:improve@improveconsult.pt)

[www.improveconsult.pt](http://www.improveconsult.pt)

## ÍNDICE GERAL

<b>NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>3</b>
<b>A. ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO, NACIONAL E REGIONAL.....</b>	<b>4</b>
A.1. ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO COMUNITÁRIO.....	4
A.2. ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL .....	7
A.3. ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL.....	11
<b>B. A TRAJETÓRIA RECENTE DA REGIÃO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS .....</b>	<b>16</b>
B.1. BASE ECONÓMICA E TECIDO EMPRESARIAL .....	16
B.2. MERCADO DE TRABALHO.....	18
B.3. DEMOGRAFIA E ATRATIVIDADE RESIDENCIAL .....	19
B.4. CONDIÇÕES DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL .....	19
B.5. ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	20
B.6. DESEMPENHO AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS .....	21
<b>C. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 2021-2027 .....</b>	<b>23</b>
C.1. VISÃO DE FUTURO.....	23
C.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	24
C.3. DOMÍNIOS ESTRUTURANTES DE INTERVENÇÃO .....	25
<b>ANEXO I – ESTRUTURA DE OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO 2021-2027.....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXO II – <i>TABLEAU-DE-BORD</i> ESTATÍSTICO DO BAIXO ALENTEJO .....</b>	<b>36</b>

## NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento explicita a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial [EIDT] do Baixo Alentejo para o período 2021-2027, fixando a Visão de Futuro preconizada para este território nesse horizonte temporal. O caminho para materializar esta Visão é enquadrado pela definição de Objetivos Estratégicos e consubstancia-se através da identificação de um conjunto de Domínios Estruturantes de Intervenção, os quais agregam os projetos-âncora e as tipologias de intervenção que se considera essencial implementar para alcançar esses Objetivos. Neste contexto, a presente EIDT está para o território do Baixo Alentejo como a Estratégia Portugal 2030 está para o conjunto do país e a Estratégia Alentejo 2030 para o conjunto da região do Alentejo, estabelecendo também as bases essenciais para o processo de negociação dos recursos de financiamento nacional e comunitário que será necessário mobilizar para a sua implementação.

Enquanto instrumento de planeamento estratégico, é importante assinalar que a EIDT do Baixo Alentejo para o período 2021-2027 resulta, em grande medida, do exercício de *revisitação* que foi conduzido em relação à EIDT adotada no período 2014-2020 – mais do que encetar um processo *de raiz*, procurou-se assegurar a consistência e persistência das políticas públicas dirigidas a este território, não ignorando obviamente a sua evolução recente nem as novas orientações de política emanadas a nível comunitário, nacional e regional (Alentejo). É oportuno recordar, a este respeito, que a EIDT 2014-2020 pretendeu marcar um claro *ponto de viragem* ao nível das políticas públicas dirigidas a este território, propondo uma Visão de Desenvolvimento que se considera ter sido capaz de mobilizar os recursos, competências e capacidades de iniciativa de um vasto conjunto de *stakeholders* com influência no seu alcance. Essa Visão foi explicitamente assumida como uma ambição de longo prazo, reconhecendo-se que tanto a inversão das tendências *pesadas* presentes na região como a consolidação de um novo perfil de políticas públicas exigiriam tempo de aprendizagem e sedimentação de novas práticas de intervenção. Hoje, como então, existe a noção clara de que a materialização de resultados *no terreno* não só não é imediata como exige políticas capazes de conjugar uma elevada consistência na sua formulação com uma forte persistência na respetiva prossecução.

A estrutura de conteúdos deste documento é, nestes termos, a seguinte:

- Enquadramento Comunitário, Nacional e Regional (Parte A);
- A Trajetória Recente da Região: Continuidades e Mudanças (Parte B);
- Estratégia de Desenvolvimento 2021-2027 (Parte C).

O documento contempla ainda um conjunto de Anexos, que dele fazem parte integrante, incluindo aí o *tableau-de-bord* estatístico que suporta parte relevante da análise realizada.

## A. ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO, NACIONAL E REGIONAL

O conhecimento do quadro de orientações políticas emanadas a nível comunitário, nacional e regional – via Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo [CCDRA] – para a próxima década constitui um elemento fundamental de enquadramento para o exercício de revisão da EIDT do Baixo Alentejo. Neste contexto, e apesar do carácter ainda não definitivo de algumas das orientações já conhecidas, procede-se em seguida à sistematização dos elementos informativos disponíveis e com relevância para a EIDT 2021-2027, procurando assim criar condições que possam maximizar o *matching* deste instrumento com as opções estratégicas e as prioridades de afetação de recursos que tais orientações deixam neste momento antever.

### A.1. ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO COMUNITÁRIO

A próxima década será marcada pela disponibilização de um volume de recursos de financiamento comunitário sem precedentes, fruto do protagonismo que a União Europeia [UE] se comprometeu assumir em resposta à grave crise decorrente do surto pandémico causado pela disseminação do vírus SARS-CoV-2. Para além da *tradicional* Política de Coesão, é assim incontornável uma referência ao papel que será desempenhado pelo instrumento de recuperação *Next Generation EU* em resposta às consequências desta crise.

Neste contexto, e relativamente à Política de Coesão para o período 2021-2027, as orientações já conhecidas decorrem de um conjunto de propostas políticas e regulamentares da Comissão Europeia [CE] que carecem ainda de aprovação final por parte das diversas instâncias comunitárias. De acordo com a CE, estas propostas procuram modernizar e reformar a Política de Coesão com o intuito de aumentar o seu contributo para o reforço da convergência económica e social no território da UE, ajudando as regiões a usufruir plenamente da globalização e equipando-as com os instrumentos adequados para um crescimento sólido e duradouro. Todas as regiões europeias continuarão a poder beneficiar do apoio proporcionado pelos instrumentos de financiamento da Política de Coesão, considerando três categorias de regiões: regiões menos desenvolvidas (como o Alentejo), em transição e mais desenvolvidas.

Por comparação ao período de programação 2014-2020, no qual a Política de Coesão foi estruturada em torno de 11 Objetivos Temáticos, a CE propõe agora uma visão mais focalizada para a aplicação dos recursos de financiamento que lhe serão alocados, definindo 5 Objetivos Políticos de fundo:

- **OP1: Uma Europa Mais Inteligente**, através da inovação, digitalização e transformação económica, assim como do apoio às pequenas e médias empresas;

- **OP2: Uma Europa Mais Verde, Sem Emissões de Carbono**, aplicando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
- **OP3: Uma Europa Mais Conectada**, assente em redes de transporte e redes digitais estratégicas;
- **OP4: Uma Europa Mais Social**, concretizando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
- **OP5: Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos**, apoiando estratégias de desenvolvimento dirigidas a nível local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a EU.

De acordo com a CE, esta maior focalização pretende favorecer a criação de sinergias e uma maior flexibilidade entre as várias vertentes dentro de cada Objetivo Político, eliminando distinções artificiais entre as várias políticas que possam contribuir para um mesmo Objetivo. Numa ótica mais pragmática, estes Objetivos Políticos desdobram-se ainda em Objetivos Específicos (cf. Anexo I), os quais enquadram a definição das prioridades de investimento/domínios de intervenção a consagrar na operacionalização da Política de Coesão. Para o novo período de programação é também defendida uma aposta reforçada na dimensão territorial da Política de Coesão, seja ao nível das questões urbanas, seja ao nível das designadas abordagens territoriais integradas (vd. Investimentos Territoriais Integrados [ITI] e estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária [DLBC]), contribuindo diretamente para o Objetivo de Política ‘Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos’.

Os instrumentos fundamentais de financiamento da Política de Coesão a implementar no período de programação 2021-2027 correspondem ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER], Fundo de Coesão [FC] e Fundo Social Europeu + [FSE+], sendo de realçar a intenção de concentrar um mínimo de 65% dos recursos de financiamento do FEDER e FC na prossecução dos Objetivos de Política ‘Uma Europa Mais Inteligente’ e ‘Uma Europa Mais Verde, sem Emissões de Carbono’. Nesta proposta da CE, advoga-se igualmente a reposição das taxas de cofinanciamento nos níveis praticados antes da crise financeira, restringindo-a à taxa máxima de 70% no caso das regiões menos desenvolvidas (i.e. substancialmente abaixo dos 85% praticados ao longo de praticamente toda a última década).

Deve assinalar-se, igualmente, a perspetiva de reforço da articulação entre as intervenções da Política de Coesão e o Semestre Europeu de coordenação das políticas económicas e orçamentais, procurando assim robustecer as condições de contexto necessárias para fomentar o crescimento e aumentar a eficácia do investimento comunitário. É relevante considerar, neste contexto, as orientações e recomendações específicas que os serviços da CE já produziram para o caso português relativamente às prioridades que deverão ser observadas no novo período de programação dos Fundos Comunitários, as quais, a exemplo do ‘Position Paper’ elaborado para o período 2014-2020, constituem certamente um referencial importante para o processo negocial em curso (Quadro 1).

No caso do *Next Generation EU*, trata-se – como foi já referido – de um instrumento temporário de recuperação criado em Julho de 2020 pelo Conselho Europeu com o intuito de mitigar o impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência das economias da União, contribuindo assim para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder também aos desafios da dupla transição, para uma sociedade mais ecológica e digital. O *Next Generation EU* é composto por dois elementos de implementação: o Mecanismo de

Recuperação e Resiliência [MRR] e a Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa [REACT-EU].

QUADRO 1 – ORIENTAÇÕES DA CE PARA O INVESTIMENTO COM FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE COESÃO 2021-2027 EM PORTUGAL

Objetivo de Política	Orientações
OP1 Uma Europa Mais Inteligente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar as capacidades de I&amp;I, bem com a adoção de tecnologias avançadas</li> <li>▪ Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos públicos, promovendo também a inclusão digital</li> <li>▪ Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas</li> <li>▪ Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo</li> </ul>
OP2 Uma Europa Mais Verde	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis</li> <li>▪ Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes</li> <li>▪ Promover a gestão sustentável dos recursos hídricos</li> <li>▪ Promover a transição para a economia circular</li> </ul>
OP3 Uma Europa Mais Conectada	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal</li> <li>▪ Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável</li> </ul>
OP4 Uma Europa Mais Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego e modernizar as instituições/serviços de apoio ao mercado de trabalho</li> <li>▪ Promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar</li> <li>▪ Melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos e a aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos</li> <li>▪ Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração e promover o envelhecimento ativo e saudável</li> <li>▪ Promover a inclusão ativa e combater a privação material</li> <li>▪ Reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de proteção social</li> </ul>
OP5 Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas</li> <li>▪ Promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas e costeiras</li> </ul>

FONTE: COMISSÃO EUROPEIA

O REACT-EU, já em implementação, dispõe de uma dotação de 47,5 mil milhões de euros e visa dar continuidade e maior amplitude às medidas de resposta e de recuperação da crise lançadas pela UE através da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus e da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus +, procurando contribuir para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia.

Por seu turno, o MRR corresponde ao elemento central do *Next Generation EU*, dispondo de uma dotação de 672,5 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos para apoiar as reformas e os investimentos realizados pelos Estados-Membros da UE. O objetivo é atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19 e tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, resilientes e mais bem preparadas para os desafios e as oportunidades das transições ecológica e digital. O acesso a estes recursos será feito através da apresentação de Planos de Recuperação e Resiliência pelos Estados-Membros, consubstanciando um quadro estratégico para a promoção do crescimento económico e o desenvolvimento sustentável das economias europeias.

O *Next Generation EU* contribuirá igualmente com fundos adicionais para outros programas ou fundos europeus, como o Horizonte 2020, o InvestEU, o desenvolvimento rural ou o Fundo para uma Transição Justa (FTJ).

## A.2. ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL

O processo de preparação da Estratégia Portugal 2030 foi iniciado no final de 2017, tendo sido realizada uma auscultação alargada da sociedade portuguesa que envolveu consultas junto dos parceiros económicos e sociais, da academia, da sociedade civil e dos agentes regionais, entre outros. Este processo foi conduzido no sentido de aprofundar a ligação entre a ação dos Fundos Comunitários alocados à Política de Coesão com o já referido Semestre Europeu, atribuindo especial centralidade ao papel orientador desempenhado pelas sucessivas versões/atualizações do Programa Nacional de Reformas [PNR] adotado em 2016. Os pressupostos para a definição desta Estratégia procuraram assegurar um largo consenso político, social e económico sobre o rumo que o País deve trilhar com vista a alcançar mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade no horizonte da próxima década.

Contudo, o quadro de pandemia associado à doença COVID-19 e as suas profundas consequências em matéria de desenvolvimento económico e social vieram suscitar (tanto em Portugal como a nível europeu) a necessidade de ajustamento de todo este processo no sentido de assegurar uma resposta combinada de estabilização (no curto prazo) e promoção da recuperação e resiliência (a médio-longo prazo) da economia e da sociedade portuguesas. Neste sentido, a Estratégia Portugal 2030 beneficiou do contributo da ‘Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030’ que o Governo português solicitou ao Professor António Costa Silva e que foi objeto de um amplo processo de debate e auscultação pública. Encontra-se ainda alinhada, no contexto europeu, com a nova Agenda Estratégica da União Europeia para o período de 2019 a 2024, complementada com o Plano de Recuperação da Europa, que visa preparar o futuro e criar as condições de crescimento após a crise desencadeada pela doença COVID-19 e, no contexto internacional, com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (em vigor desde 2016). A nível nacional, a Estratégia Portugal 2030 procura também refletir as linhas gerais de outros documentos de natureza estratégica, com destaque para o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território [PNPOT], o Plano Nacional Energia e Clima 2030 [PNEC’2030], o Programa Nacional de Investimentos 2030 [PNI’2030], o Plano de Ação para a Transição Digital [Portugal Digital], o Programa de Valorização do Interior e o Plano de Melhoria da Resposta do Serviço Nacional de Saúde, entre outros.

Assim, a Estratégia Portugal 2030 – aprovada no final de 2020 pelo Conselho de Ministros – encontra-se estruturada em torno de Agendas Temáticas decompostas em Domínios e Eixos Estratégicos de Intervenção, consubstanciando a visão nacional para a próxima década em matéria de recuperação e convergência de Portugal com a Europa e assegurando, simultaneamente, a coesão e a resiliência social e territorial interna. A Estratégia tem em conta os desafios estruturais que a recente pandemia revelou e acentuou, desde a necessidade de aumentar a resiliência da economia, das sociedades e dos territórios até certas disrupções socioeconómicas com impacte nas formas de organização da economia e da sociedade. Para além de detalhar e precisar o caminho estratégico para o desenvolvimento do país na próxima década, a Estratégia Portugal 2030 assume-

se como elemento enquadrador e estruturador dos grandes programas de modernização que, com o financiamento de fundos da UE, serão executados nos próximos anos, designadamente o Plano de Recuperação e de Resiliência [PRR], o Acordo de Parceria e os Programas Operacionais no âmbito dos fundos da Política de Coesão e o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum [PEPAC].

A Visão Estratégica assumida para próxima década em Portugal encontra-se assim formulada nos seguintes termos: **“Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial”**. Para prosseguir esta visão, a Estratégia Portugal 2030 integra 4 Agendas Temáticas [AT]:

- AT1: As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- AT2: Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- AT3: Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- AT4: Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A primeira AT [‘As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade’] pretende colocar as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo ainda aos desafios da transição demográfica e do envelhecimento. Estes desafios são tanto mais prementes por força das consequências socioeconómicas desencadeadas pelo surgimento da COVID-19, com reflexos no agudizar dessas desigualdades nos públicos-alvo desta AT. Esta AT incorpora intervenções focadas em cinco Domínios Estratégicos:

- Sustentabilidade demográfica;
- Promoção da inclusão e luta contra a exclusão;
- Resiliência do sistema de saúde;
- Garantia de habitação condigna e acessível;
- Combate às desigualdades e à discriminação.

Estes Domínios consubstanciam os objetivos de limitar as perdas demográficas (com recuperação dos saldos natural e migratório), atenuar os efeitos do envelhecimento da população, reduzir a incidência de fenómenos de exclusão e discriminação, aumentar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde e reduzir os indicadores de desigualdade.

A segunda AT [‘Digitalização, inovação e qualificações [como motores do desenvolvimento] visa responder aos bloqueios das qualificações e da competitividade e transformação estrutural do tecido produtivo (respondendo também aos novos desafios tecnológicos e sociais associados à transição digital e à Indústria 4.0), às novas dinâmicas de crescimento setorial pós-COVID, ao reforço da autonomia e resiliência geoestratégica da UE e, ao mesmo tempo, garantir a capacitação e modernização do Estado para promover a resposta a estes desafios. A AT é estruturada em quatro Domínios Estratégicos fundamentais:

- Promoção da Sociedade do Conhecimento;
- Digitalização e inovação empresarial;

- Qualificação dos recursos humanos;
- Qualificação das instituições.

Estes Domínios consubstanciam uma agenda focada na melhoria das bases de conhecimento da sociedade e economia portuguesas, no reforço do investimento empresarial e na promoção de uma maior eficácia dos processos produtivos, designadamente através da digitalização e da incorporação de conhecimento, na capacitação dos recursos humanos e na melhoria da qualidade das instituições e do ambiente de negócios em geral, materializando uma estratégia de especialização inteligente da economia portuguesa e das suas regiões.

A terceira AT [‘Transição climática e sustentabilidade dos recursos’] está focada na transição climática e na sustentabilidade e uso eficiente de recursos, promovendo a economia circular e respondendo ao desafio da transição energética e à resiliência do território. Esta AT será assim estruturada em cinco Domínios Estratégicos:

- Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética;
- Tornar a economia circular;
- Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais;
- Agricultura e florestas sustentáveis;
- Economia do mar sustentável.

Estes Domínios materializam as várias dimensões em que importa atuar para garantir a uma transição climática que, de forma cumulativa, permita combater e promover as adaptações necessárias aos impactes consequentes das alterações climáticas, melhorar a qualidade do ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos.

Finalmente, a quarta e última AT [‘Um País competitivo externamente e coeso internamente’], focada na coesão territorial, visa promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto do território nacional e, em especial, contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões, em particular das mais desfavorecidas, num contexto de promoção de transições ecológicas e digitais com forte incidência territorial e de superação dos impactos da pandemia e da crise económica nos territórios mais afetados e/ou vulneráveis. Esta Agenda será assim estruturada em quatro Domínios Estratégicos:

- Competitividade das redes urbanas;
- Competitividade e coesão na baixa densidade;
- Projeção da faixa atlântica;
- Inserção territorial no mercado ibérico.

Estes Domínios materializam o objetivo de explorar as vantagens de cada um dos territórios que compõem o todo nacional e valorizar essa diversidade para potenciar a competitividade do país, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento harmonioso de Portugal.

Em termos de instrumentos de suporte à programação e financiamento da Estratégia Portugal 2030, compete aqui atribuir especial centralidade ao Acordo de Parceria 2021-2027 e ao Plano de Recuperação e Resiliência [PRR].

Relativamente a este último, atualmente em fase de discussão pública, interessa realçar que se trata do instrumento que materializará a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência previsto no *Next Generation EU* em Portugal no período 2021-2026, possuindo uma dotação orçamental de 13,9 mil milhões de euros sob a forma de subvenções e de 2,7 mil milhões de euros sob a forma de empréstimos. O PRR encontra-se estruturado em torno de três dimensões estruturantes – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital – que são concretizadas através de 19 Componentes, as quais, por sua vez, integram 36 Reformas e 99 Investimentos.

A dimensão Resiliência visa o reforço da resiliência económica, social e territorial do país, assumindo particular relevância enquanto resposta de primeira linha na transição da estabilização económica e social para a recuperação. Trata-se de uma recuperação necessária para que a economia e a sociedade portuguesas estejam mais bem preparadas para choques futuros, independentemente da sua natureza. O carácter tempestivo das medidas para reforçar a resiliência do país é essencial para estancar os efeitos da crise, mas também para preparar o caminho para a construção de uma economia mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital da economia, da sociedade e dos territórios. Esta dimensão concentra 61% do montante global do PRR e reflete a forte prioridade atribuída ao robustecimento da resiliência do país, sendo concretizada através do desenvolvimento de 9 componentes e da implementação e da implementação de 20 reformas e de 68 investimentos estruturantes.

A dimensão Transição Climática pretende, com o estímulo da investigação, inovação e aplicação de tecnologias de produção e consumo de energia mais eficientes, promover o melhor aproveitamento dos recursos de que o país já dispõe e potenciar o desenvolvimento de setores económicos em torno da produção de energias renováveis. Esta dimensão potencia uma agenda de inclusão económica e, na qual se alavancará o reforço constante da resiliência do país. A transição energética dos processos produtivos e do setor dos transportes será reforçada pela incorporação de inovação e pela crescente digitalização das economias e das sociedades. Esta dimensão concentra 21% do montante global do PRR e é concretizada através do desenvolvimento de 5 componentes e da implementação de 8 reformas e de 14 investimentos estruturantes.

Finalmente, a dimensão Transição Digital procura superar constrangimentos que subsistem em matérias como as competências digitais e a capacitação para a digitalização. A pandemia demonstrou a necessidade de se dispor de estruturas e redes digitais eficazes que permitam desmaterializar as aprendizagens, as transações e, quando adequado, possibilitar o trabalho remoto, acelerando – de forma inclusiva – a dinâmica de transformação digital que já se encontrava em curso. Trata-se de um processo que permitirá importantes ganhos estruturais de eficiência, nomeadamente em termos de custos de contexto para as empresas e pessoas. Esta dimensão concentra 18% do montante global do PRR e é concretizada através do desenvolvimento de 5 componentes e da implementação de 8 reformas e de 17 investimentos estruturantes.

Relativamente ao Acordo de Parceria 2021-2027, que sucederá ao Acordo de Parceria Portugal 2020, é ainda escassa a informação disponível, tanto em termos globais como ao nível dos seus Programas

Operacionais [PO]. Tendo por base os princípios orientadores e a estrutura operacional já definidos, afigura-se pertinente assinalar que o acesso da região do Alentejo aos recursos de financiamento disponíveis será feito através de quatro PO:

- PO Regional do Alentejo (orientado para o financiamento da Agenda Temática ‘Um país competitivo externamente e coeso internamente’);
- PO Demografia e Inclusão (orientado para o financiamento da Agenda Temática ‘As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades’ e de parte da componente de qualificações da Agenda Temática ‘Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento’);
- PO Inovação e Transição Digital (orientado para o financiamento da Agenda Temática ‘Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento’);
- PO Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos (orientado para o financiamento da Agenda Temática ‘Transição climática e sustentabilidade dos recursos’).

É importante referir, igualmente, a perspetiva de poderem vir a ser definidos e adotados modelos flexíveis de programação de base territorial para resposta a problemas territoriais específicos, mobilizando para o efeito os instrumentos previstos no quadro regulamentar europeu. As modalidades de intervenção previstas são as seguintes:

- intervenções operacionais integradas de base territorial, privilegiando a escala administrativa das NUTS III para prossecução de objetivos de atratividade e regeneração dos centros urbanos, provisão de serviços públicos de proximidade (incluindo a dimensão da mobilidade associada), descarbonização e resolução de debilidades estruturais específicas de determinados território (económicas, sociais e ambientais) e a escala de territórios funcionais para estratégias de competitividade territorial e valorização económica de recursos endógenos;
- outras intervenções integradas de base territorial, podendo envolver mais do que uma NUTS III, para concretização de estratégias e investimentos estruturantes de interesse comum, nomeadamente no âmbito dos subsistemas territoriais do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- planos territoriais para a transição justa, ao nível das NUTS III, prosseguidos no âmbito da mobilização do Fundo para a Transição Justa e orientados para o desenvolvimento de processos de transição para modelos económicos menos intensivos em carbono que acarretem maiores impactos socioeconómicos;
- parcerias para a coesão, privilegiando a intervenção sub-NUTS III e supramunicipal, no âmbito de subterritórios com dimensões de intervenção coerente centradas na ação de proximidade entre atores e territórios, procurando incentivar abordagens inovadoras e reforço da capacitação para a ação, numa ótica de ações piloto dinamizadas pelas Autoridades de Gestão dos PO Regionais.

### A.3. ORIENTAÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL

Os trabalhos de planeamento e programação do novo ciclo de desenvolvimento regional pós-2020 na região do Alentejo têm vindo a ser dinamizados pela Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Alentejo [CCDRA], em estreita articulação com os atores regionais e balizados por referenciais de planeamento e programação estabelecidos a nível europeu e nacional, consubstanciando-se na Estratégia Alentejo 2030 e, de forma mais específica, na revisão/atualização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030 [EREI]. É esperado que estes referenciais tenham tradução operativa e cobertura financeira no futuro Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (sem prejuízo da mobilização de recursos a partir de outros instrumentos de financiamento), enquadrando também o processo de planeamento sub-regional a cargo das Comunidades Intermunicipais (como é o caso da presente EIDT).

A Estratégia Alentejo 2030 procura contribuir para a construção de respostas a um conjunto de desafios que persistem, com intensidades distintas, apesar do trabalho realizado e dos resultados de um ciclo de intervenção de políticas públicas e de investimentos dos Municípios, das empresas e das associações. Esta Estratégia ambiciona permitir que a região desenvolva um novo patamar de respostas aos problemas renovados que se colocam, desde os mais estruturantes, relacionados com as pessoas, a economia e o território, aos que resultam das necessárias respostas aos impactes das alterações climáticas e às consequências da crise pandémica, em termos de emergência ambiental, económica e social.

A Visão Estratégica definida para a região do Alentejo no quadro da Estratégia Alentejo 2030 encontra-se assim formulada nos seguintes termos:

***Um Território com capital simbólico e identidade distintivos, dotado de amenidades, de recursos naturais e produtivos, de conhecimento e competências, aberto para o mundo e capaz de se afirmar como espaço de referência para investir, trabalhar, viver e visitar.***

Tendo presente esta Visão, assim como os elementos de caracterização e diagnóstico apresentados, foram elencados os seguintes Desafios Estratégicos [DE] para a região do Alentejo no horizonte temporal de 2030:

- DE1: Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar;
- DE2: Sustentabilidade territorial e valorização do capital natural, no quadro das alterações climáticas;
- DE3: Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo;
- DE4: Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial da competitividade;
- DE5: Reforço do sistema urbano regional e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território;
- DE6: Reforço das condições de governação e da ação coletiva.

Este conjunto de DE suporta a fixação dos Objetivos Estratégicos [OE] que a Estratégia Alentejo 2030 se propõe prosseguir nesse horizonte temporal, os quais encontram declinação numa série mais detalhada de Objetivos Específicos [Oe]. Os OE avançados são, designadamente, os seguintes:

- OE1: Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família;
- OE2: Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água;
- OE3: Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências;
- OE4: Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial;
- OE5: Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial;
- OE6: Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva.

Assim, e no que respeita ao OE1 [‘Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família’], os Oe preconizados são os seguintes:

- Oe-1.1: Incremento das condições de acesso aos serviços de interesse geral;
- Oe-1.2: Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos da procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios;
- Oe-1.3: Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, etc.).

Relativamente ao OE2 [‘Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água’], os Oe preconizados são os seguintes:

- Oe-2.1: Dinamização da bioeconomia sustentável e circular nas cadeias de valor estratégico regional;
- Oe-2.2: Reforço das reservas e da capacidade de gestão da água (abastecimento público e mitigação dos efeitos das alterações climáticas);
- Oe-2.3: Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética.

No caso do OE3 [‘Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências’], os Oe preconizados são os seguintes:

- Oe-3.1: Revitalização do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T);
- Oe-3.2: Reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional.

Relativamente ao OE4 [‘Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial’], os Oe preconizados são os seguintes:

- Oe-4.1: Qualificação e dinamização em rede das áreas de acolhimento empresarial e de logística;
- Oe-4.2: Melhoria da conectividade e das condições de suporte para a digitalização da economia e da sociedade;
- Oe-4.3: Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030.

Relativamente ao OE5 [‘Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial’], os Oe preconizados são os seguintes:

- Oe-5.1: Promoção de intervenções de requalificação e regeneração das economias urbanas;
- Oe-5.2: Qualificação, especialização e complementaridade dos centros urbanos regionais.

Finalmente, em relação ao OE6 [‘Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva’] os Oe preconizados são os seguintes:

- Oe-6.1: Conceção e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios estruturantes do desenvolvimento regional;
- Oe-6.2: Capacitação técnica das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias.

Complementarmente à fixação de OE e Oe, a Estratégia Regional Alentejo 2030 preconiza ainda a elaboração de Planos de Ação que se perfilam como um referencial de suporte à implementação do futuro Programa Operacional, procurando traduzir vertentes-chave de territorialização das políticas públicas e promover uma combinação entre os objetivos considerados. Os oito Planos de Ação previstos são os seguintes:

- PA1: Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral;
- PA2: Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática;
- PA3: Conhecimento e Inovação;
- PA4: Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico e Empreendedorismo;
- PA5: Qualificação, Emprego e Inclusão;
- PA6: Cooperação Territorial;
- PA7: Governança e Capacitação;
- PA8: Água.

Relativamente à EREI, alvo de *revisitação* em simultâneo com a preparação da Estratégia Alentejo 2030, constata-se um enriquecimento de perspetiva e conteúdos dos Desafios Estratégicos Regionais, com especial ênfase no que se refere à Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ao Alargamento da Base Territorial da Competitividade. A árvore de Objetivos da EREI Alentejo 2030 regista uma forte articulação com a matriz de Desafios Estratégicos da Estratégia Alentejo 2030,

nomeadamente com aqueles que se referem à sustentabilidade territorial e dos recursos, à consolidação do Sistema Regional de Inovação e das competências e à valorização económica dos recursos e ativos regionais. Esta articulação surge também reforçada pelas diversas relações estabelecidas entre os Domínios de Especialização e os Domínios Transversais propostos.

Os Domínios de Especialização em apreço, em torno dos quais se pretende estimular a exploração de sinergias inter-setoriais combinando conhecimento e capacidade produtiva segundo os princípios da variedade relacionada de atividades económicas, são os seguintes:

- Bioeconomia Sustentável (compreende a inovação competitiva da Alimentação e Floresta, com alargamento à Economia Azul);
- Energia e Mobilidade Sustentáveis (compreende as múltiplas frentes da descarbonização da economia, em conformidade com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050);
- Serviços de Turismo e Hospitalidade (compreende a atração de investimento empresarial e fidelização de segmentos de procura com poder aquisitivo, aprofundando dimensões enriquecidas da variedade relacionada a partir da valorização da diversidade de produtos, serviços e experiências já proporcionadas);
- Indústrias Culturais e Criativas (compreende as atividades ligadas ao Património e à Cultura, com iniciativas de renovação criativa capazes de aprofundar oportunidades ligadas às dinâmicas de valorização turística e de enriquecimento de produtos de identidade regional);
- Inovação Social e Cidadania (compreende aspetos relacionados com a sociedade do conhecimento numa lógica de inclusão, as TIC e a cidadania e a importância do *big data* na compreensão e monitorização dos problemas sociais e urbanos).

Relativamente aos Domínios Transversais, enquadreadores e orientadores das intervenções a desenvolver no âmbito de cada Domínio de Especialização, a EREI elege a Digitalização da Economia e a Circularização da Economia. A escolha da Digitalização da Economia justifica-se por ser um domínio que abrange um leque crescente de novos sistemas de produção, de produtos e serviços digitais, alimentando novos modelos de negócio e contribuindo para (re)estruturar cadeias de valor (em setores tradicionais e emergentes) numa dinâmica de iniciativa renovada e facilitadora de benefícios socioeconómicos para as organizações do território, as empresas e as famílias. No caso da Circularização da Economia, por seu turno, pretende-se que fomente a consideração e integração das condições concretas a nível de produtos, serviços e modelos de negócio que possam contribuir para estruturar a transição para a economia circular no Alentejo.

## B. A TRAJETÓRIA RECENTE DA REGIÃO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

O conhecimento da trajetória de evolução recente da região do Baixo Alentejo posiciona-se como uma dimensão essencial do processo de revisitação da EIDT 2014-2020, fornecendo elementos fundamentais para apreciar em que medida é que o diagnóstico que serviu de base a esse exercício de planeamento estratégico mantém ou não a sua atualidade. É importante referir, a este respeito que a análise em apreço está reportada ao período que antecedeu o período de disseminação da pandemia de COVID-19, não incorporando por isso as suas consequências nos planos económico e social; por se tratar de um processo ainda em curso, para o qual é ainda manifestamente escassa a informação disponível, esta é uma matéria que se procurará aferir em tempo mais oportuno.

Assim, e para além do *tableau-de-bord* estatístico apresentado no Anexo II, procede-se em seguida à identificação dos principais elementos de continuidade e mudança observados na região desde 2012-2014, adotando para o efeito uma matriz de análise estruturada em torno dos seguintes domínios temáticos:

- Base Económica e Tecido Empresarial;
- Mercado de Trabalho;
- Demografia e Atratividade Residencial;
- Condições de Vida e Inclusão Social;
- Estruturação e Organização do Território;
- Desempenho Ambiental e Riscos Naturais.

### B.1. BASE ECONÓMICA E TECIDO EMPRESARIAL

A EIDT 2014-2020 apresentou o Baixo Alentejo como um “território bastante fragilizado em termos socioeconómicos, reflexo de um percurso de mais de meio século onde predominou uma trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva”. Desta leitura constava também o reconhecimento da debilidade organizacional e competitiva do tecido empresarial instalado na região, “maioritariamente caracterizado pela sua introversão face a espaços e circuitos económicos mais vastos (i.e. confinado apenas à satisfação de procura locais) e por uma incorporação restrita de fatores avançados de competitividade (recursos humanos qualificados, I&D, etc.)”. A justificação para esta realidade global foi associada a um “conjunto de tendências *pesadas* que se foram arrastando através dos tempos e que contribuiriam para limitar a

propensão da classe empresarial para a modernização/ inovação e o surgimento de uma nova geração de empreendedores”.

A leitura da trajetória recente da região mostra que esta patenteou uma evolução do produto francamente abaixo do que seria desejável (+3,9% entre 2013 e 2017), não conseguindo superar a dinâmica observada a nível regional e nacional (+10,1% e +7,6%, respetivamente) e diminuindo as possibilidades de alcançar a meta de crescimento adotada na EIDT (+15% entre 2012 e 2020). Este desempenho modesto, refletido também na degradação do Índice de Competitividade da região, inviabilizou também que esta avançasse no sentido da convergência real com o nível médio de desenvolvimento económico do país (aferido através do Produto Interno Bruto [PIB] *per capita*), anulando inclusivamente o *efeito estatístico* decorrente da perda de população estimada para o Baixo Alentejo no período em apreço.

Em termos setoriais, o grande destaque vai para a significativa e distintiva capacidade de crescimento evidenciada pelo setor agrícola, bem patente no aumento do seu Valor Acrescentado Bruto [VAB] (+22% entre 2013 e 2017), materializando já o potencial de transformação económica proporcionado pela implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva [EFMA]. Apesar do dinamismo observado por este setor, deve reconhecer-se que o seu contributo para o desenvolvimento de atividades *a jusante* (vd. fileira agroindustrial alimentar e não-alimentar) se encontra ainda abaixo daquilo que seria desejável, devendo como tal merecer especial acompanhamento por parte das entidades com responsabilidades ao nível da captação e acolhimento de investimento.

Paralelamente, deve realçar-se que a EIDT sinalizou um potencial muito relevante de desenvolvimento do *complexo de atividades* ligadas ao turismo, tanto em termos quantitativos como qualitativos, beneficiando aqui das possibilidades abertas pela entrada em funcionamento do Aeroporto de Beja. Muito embora esta infraestrutura não tenha ainda conseguido assumir um efetivo protagonismo neste domínio, o período 2013-2017 foi marcado por um acentuado crescimento do número de hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Baixo Alentejo (+72% e +71%, respetivamente), registando simultaneamente um expressivo aumento dos proveitos de aposento obtidos por dormida (+225%) para níveis próximos da realidade média nacional. Deve referir-se, no entanto, a ausência de progressos relativamente quer à duração da estadia média na região (1,8 noites, contra 2,7 a nível nacional), quer ao peso dos mercados emissores estrangeiros no total de hóspedes (21%, contra 62% a nível nacional).

Contrariamente a estes setores, importa assinalar que o VAB gerado pelas atividades industriais registou uma retração de -4,9%, diferenciando-se assim do desempenho positivo que apresentaram a nível nacional e, sobretudo, no Alentejo (+10,9% e +19,1%, respetivamente). Curiosamente, esta trajetória ocorre num contexto de ligeiro aumento do peso dos setores internacionalizáveis no VAB total do Baixo Alentejo (que passam de 49,3% para 52,9% do total entre 2013 e 2017) e de significativo crescimento das exportações de bens por parte das empresas sedeadas na região (+15,4%), sendo este último comandado pelo forte incremento das exportações de azeite e outros produtos similares (+85,9%, passando a representar 20,7% do total). Deve notar-se, ainda assim, o peso incontornável que continua a ser detido pelo setor mineiro na economia regional, concentrando em 2017 quase 2/3 (63,7%) das exportações de bens com origem no Baixo Alentejo.

É relevante assinalar, por último, que o período 2013-2017 registou uma expansão do universo de empresas sedeadas na região (+9,9%), traduzindo uma dinâmica de criação de empresas ainda inferior à média nacional. Apesar da proporção de empresas em nome individual se manter mais elevada que a registada a nível nacional (73,4% e 68,2%, respetivamente), foram observados crescimentos relevantes quanto à dimensão média das empresas, designadamente no que respeita ao volume de negócios e ao VAB (+17,7% e +21,0%, respetivamente); contudo, estas variáveis (juntamente com o número médio de postos de trabalho por empresa) continuam a apresentar valores bastante inferiores à média nacional, sinalizando um diferencial de robustez que importará progressivamente superar.

## B.2. MERCADO DE TRABALHO

A EIDT 2014-2020 apontou a “escassez de oportunidades de emprego suficientemente diversificadas e remuneradas (sobretudo fora da esfera pública)” como uma das causas centrais para a “dificuldade de afirmação da região como um espaço atrativo para a fixação de residência”, “potenciando processos de despovoamento – em particular protagonizados pela saída de jovens, qualificados ou não – para outras regiões ou países e afetando negativamente a capacidade de atração de populações exteriores à região”. O diagnóstico então realizado sinalizou também a “debilidade quantitativa e qualitativa da base de recursos humanos disponível”, traduzível, desde logo, numa “escassez de *massa crítica* para viabilizar apostas que exijam um suporte humano mais numeroso” (p.ex. atração/fixação de investimentos industriais e turísticos de grande dimensão/intensidade em recursos humanos).

A leitura da trajetória recente da região mostra que entre 2013 e 2017 se assistiu a um aumento de 4,4% do número de postos de trabalho, valor que, embora positivo, ficou aquém do crescimento patenteado pelo conjunto do Alentejo e do país (+7,6% e +7,9%, respetivamente). Paralelamente, registou-se também uma diminuição de -31,1% do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego entre 2014 e 2018, estimando-se que a intensidade relativa do desemprego (dada pela relação entre aqueles desempregados e a população residente em idade ativa) tenha passado de 8,6% para 6,2% ao longo desse período (contra somente 5,1% no conjunto do Alentejo e também do país).

No caso particular do tecido empresarial, que é aquele que, perante as restrições atuais do setor público (com grande peso no mercado de trabalho do Baixo Alentejo), mais poderá contribuir para a criação de um maior número de oportunidades de emprego na região, verifica-se que o crescimento observado entre 2012 e 2016 não foi igualmente além dos 4,4%, ficando também aqui abaixo da dinâmica exibida pelo conjunto do Alentejo e do país (+6,5% e +7,5%, respetivamente). De forma adicional a esta dimensão mais quantitativa, é igualmente fundamental referir a persistência de limitações que condicionam a atratividade deste segmento do mercado de trabalho regional relativamente aos seus congéneres de outras regiões, não dissociáveis da própria fragilidade estrutural que caracteriza o tecido empresarial do Baixo Alentejo, as quais estão bem patentes no menor desempenho alcançado em indicadores como o ganho médio mensal (92,6% do valor médio nacional), o peso relativo dos trabalhadores com Ensino Superior (14,6%, contra 21,0% a nível nacional) ou a disparidade no ganho médio mensal segundo o nível de habilitações (24,0%, contra 34,3% a nível nacional).

### B.3. DEMOGRAFIA E ATRATIVIDADE RESIDENCIAL

A EIDT 2014-2020 apresentou o Baixo Alentejo como um “território bastante fragilizado em termos socioeconómicos, reflexo de um percurso de mais de meio século onde predominou uma trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva”, concluindo pela existência de uma “dinâmica instalada de retração e envelhecimento do efetivo populacional”. Para esta trajetória, a “escassez de oportunidades de emprego suficientemente diversificadas e remuneradas” foi apontada como uma das causas centrais para a “dificuldade de afirmação da região como um espaço atrativo para a fixação de residência”, “potenciando processos de despovoamento – em particular protagonizados pela saída de jovens, qualificados ou não – para outras regiões ou países e afetando negativamente a capacidade de atração de populações exteriores à região”.

A leitura da trajetória recente da região permite constatar um aprofundamento da tendência estrutural de perda demográfica, estimando-se que em 2018 o efetivo populacional se tenha fixado em cerca de 116.557 habitantes (i.e. -4,4% face a 2014, contra -3,8% no Alentejo e -0,9% no conjunto do país). Para esta perda terão contribuído simultaneamente taxas negativas de crescimento natural e migratório, colocando em evidência a estrutura fortemente envelhecida da população e os seus reduzidos níveis de fecundidade mas, também, a supremacia dos fluxos de saída de população para outros territórios em detrimento da capacidade de atração de novos residentes para a região.

Do ponto de vista da estrutura etária, por seu turno, o período em apreço confirma uma crescente perda de vitalidade da população residente no Baixo Alentejo, assente numa consolidação do seu processo de *duplo envelhecimento* (i.e. aumento do peso relativo dos idosos e diminuição do peso relativo dos jovens no conjunto da população) e bem patente no agravamento de indicadores como o índice de envelhecimento demográfico (que passou de 184,1 para 191,3 idosos por cada 100 jovens entre 2014 e 2018). É de notar, a este respeito, que todos os macro-segmentos etários da população (i.e. jovens, idosos e pessoas em idade ativa) se encontram atualmente em fase de retração absoluta dos seus efetivos, sendo a maior ou menor intensidade dessa retração que determina a amplitude dos (des)equilíbrios observados na composição da estrutura etária da população residente.

Perante este cenário, que realça a evidente incapacidade de regeneração demográfica da região com base em processos estritamente fisiológicos (crescimento natural), torna-se clara a relevância absolutamente determinante que as migrações irão assumir na configuração futura do efetivo populacional do Baixo Alentejo, seja em termos de volume, seja em termos de estrutura. Apesar da crescente consciência deste facto, subsiste a perceção de que a região ainda não se conseguiu mobilizar nem apetrechar dos meios necessários para encetar uma estratégia consistente de atração e acolhimento de novos residentes, sendo as dificuldades atualmente sentidas com o recente afluxo de contingentes expressivos de ativos estrangeiros decorrentes dos novos empreendimentos agrícolas um exemplo disso mesmo.

### B.4. CONDIÇÕES DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL

A EIDT 2014-2020 procurou posicionar o Baixo Alentejo como “um quadro de vida atrativo no segmento das designadas áreas rurais e/ou pouco urbanizadas de *baixa densidade*, valorizando-o

pela(s) diferença(s) e especificidade(s) em relação a territórios congestionados de *elevada densidade*". Para este efeito, a EIDT defendeu a disponibilização generalizada de algumas condições básicas de suporte à atração e fixação residencial (para além de outras mais diferenciadas), contrariando assim a "dificuldade de afirmação da região como espaço atrativo para a fixação de residência, fruto da escassez de oportunidades de emprego suficientemente diversificadas e remuneradas (...) e da persistência de lacunas relevantes em fatores básicos e avançados de qualidade de vida (...)".

A leitura da trajetória recente da região permite constatar, como foi já referido, que os últimos anos não lograram inverter a tendência estrutural de perda demográfica (nem tal seria expectável, dado o curto período temporal decorrido desde a adoção da EIDT), verificando-se inclusivamente a existência de taxas de crescimento migratório negativo. Da mesma forma, e apesar do aumento do emprego e da redução do número de desempregados, assistiu-se a uma degradação relevante do Índice de Coesão na região e à persistência de níveis de rendimento consideravelmente inferiores à média nacional, situando-se os rendimentos brutos declarados por agregado fiscal, sujeito passivo e habitante em cerca de 91,5%, 91,2% e 86,4% dos registados para o conjunto do país (respetivamente). No que respeita ao número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção [RSI], e ao contrário do que sucedeu a nível regional (Alentejo) e nacional, manteve-se praticamente inalterado o seu peso relativo no total da população em idade ativa, ampliando-se assim a sua maior intensidade no território do Baixo Alentejo (54,6‰ em 2018, contra 33,5‰ no Alentejo e 31,8‰ no conjunto do país).

Tendo presentes estes indicadores, afigura-se essencial que a região seja capaz de objetivar com maior precisão e efetividade os fatores que possam sustentar e evidenciar a qualidade do quadro de vida disponibilizado aos seus residentes, atuais e potenciais, sobretudo quando esta tem sido precisamente a principal *mensagem* veiculada pelos seus diferentes *stakeholders*. Um exemplo que merece certamente melhor análise é o que diz respeito à habitação, responsável pela absorção de parte muito significativa das capacidades orçamentais das famílias portuguesas, no qual o Baixo Alentejo exhibe vantagens de custo muito expressivas face à realidade média nacional (e, mais ainda, face às realidades metropolitanas de Lisboa e do Porto), bem patentes quer no valor mediano por m<sup>2</sup> das vendas de alojamentos familiares (cerca de metade da média nacional), quer no valor mediano por m<sup>2</sup> dos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (inferior em cerca de 25% face à média nacional).

## B.5. ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A EIDT 2014-2020 atribuiu especial relevância ao facto do Baixo Alentejo se constituir como um *território de baixa densidade*, assente numa rede de centros urbanos de pequena e muito pequena dimensão e confrontado com um problema estrutural de "escassez de *massa crítica* para viabilizar apostas que exijam um suporte humano mais numeroso", determinando fortes pressões sobre a adequação e sustentabilidade da oferta de serviços de interesse geral disponibilizada à população. Perante este cenário, muito agravado pelas tendências de despovoamento e envelhecimento demográfico em curso, foram também sinalizados riscos expressivos de desinvestimento por parte das políticas públicas de iniciativa comunitária e nacional, incluindo aí a sua reduzida adequação às especificidades próprias dos *territórios de baixa densidade*.

A leitura da trajetória recente da região parece confirmar um agravamento das tensões geradas pela perda de população sobre o modelo *tradicional* de estruturação e organização do território do Baixo Alentejo, acentuando-se de forma significativa o contraste entre os centros urbanos com maior dimensão (tipicamente sedes de concelho) e os pequenos aglomerados de matriz mais rural. Para além da dimensão estritamente demográfica, estas tensões têm-se expressado de forma particularmente clara em domínios como o encerramento de diversos equipamentos prestadores de serviços de interesse geral (educação, saúde, etc.) nos territórios mais frágeis, penalizando fortemente as condições de acesso por parte das populações aí residentes e, consequentemente, a própria atratividade residencial desses territórios.

Importa referir, a este respeito, que, tanto na região como a nível nacional, têm sido relativamente escassos os progressos alcançados no desenho de modelos e soluções alternativas de provisão de serviços de interesse geral com capacidade para responder eficazmente às necessidades das populações residentes em *territórios de baixa densidade*. Por outro lado, e perante o alargamento das distâncias físicas entre o local de residência destas populações e os locais onde se tem vindo progressivamente a concentrar a oferta de bens e serviços de que necessitam, parece igualmente evidente uma crescente degradação das condições de acesso físico aos principais nós da rede urbana regional, situação que está bem patente na falta de manutenção e requalificação de infraestruturas básicas de mobilidade rodoviária e na insuficiente cobertura/frequência dos serviços de transporte público. Apesar do potencial que se atribui atualmente às novas tecnologias de informação e comunicação como meio de mitigação destes problemas de equidade socioterritorial, será forçoso reconhecer uma ainda fraca disseminação de condições e soluções com efetiva capacidade para cumprir esse papel, situação que não deve ignorar também a magnitude expectável que a reduzida literacia digital é suscetível de assumir junto de muitos segmentos da população mais afetada por esses problemas.

## B.6. DESEMPENHO AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS

A EIDT 2014-2020 atribuiu especial relevância à qualidade e carácter distintivo da carteira de ativos ambientais presente no território do Baixo Alentejo, entendendo-o como parte fundamental da base de recursos mobilizáveis para o seu desenvolvimento económico e social. Esta relevância foi especialmente enfatizada no que respeita ao “potencial de aproveitamento turístico” dos ativos em apreço, apontando-se também a “relevância económica do *stock* de recursos minerais presentes na Faixa Piritosa Ibérica” e a “dinâmica de modernização agrícola decorrente do aproveitamento da capacidade de regadio já instalada e a instalar”. Sem prejuízo dessa leitura, a EIDT reconheceu também a necessidade de respostas eficazes para lidar com “carências e problemas (atuais e potenciais) de degradação ambiental”, tanto de génese antrópica como natural (incluindo os efeitos das alterações climáticas), considerando fundamental assegurar práticas e padrões de desempenho consonantes com a “imagem de excelência ambiental do Baixo Alentejo” em domínios como a energia, o ciclo urbano da água ou a mobilidade.

A leitura da trajetória recente da região parece sugerir um aumento das tensões incidentes sobre a base de recursos naturais presente no território do Baixo Alentejo, apesar deste manter um posicionamento estável acima da média nacional no Índice de Qualidade Ambiental, sendo as transformações induzidas pela forte expansão de sistemas agrícolas de maior intensidade de

exploração uma das manifestações mais evidentes dessa tendência. Independentemente desta situação concreta, que continua a carecer de um debate mais sólido e aprofundado, é inequívoco que a especial vulnerabilidade do Baixo Alentejo aos efeitos previsíveis das alterações climáticas exigirá um volume muito apreciável de investimentos (públicos e privados) relacionados com a adoção de medidas de adaptação aos cenários já produzidos (vd. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo [PIAACBA]). Interessa assinalar, a este respeito, que todo o território regional se encontra particularmente exposto a este tipo de fenómenos, afigurando-se essencial alargar rapidamente a bateria de meios disponíveis para fazer face aos seus impactes.

Apesar destas tendências e da crescente consciencialização das mesmas por parte das populações, das administrações públicas e dos agentes económicos, assistiu-se nos últimos anos a um importante aumento dos consumos absolutos e capitados de água e energia e da produção de resíduos (urbanos), sinalizando a necessidade de intervenções mais consistentes que promovam uma maior racionalidade e responsabilidade a esse nível. Subsistem, por outro lado, necessidades de investimento relevantes nos principais sistemas prestadores de serviços ambientais, com destaque para o ciclo urbano da água e os resíduos urbanos, os quais são bem evidenciados pela ausência de progressos expressivos no alargamento da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e drenagem/tratamento de águas residuais a todo o território regional, na redução de perdas nas redes de distribuição de água e no aumento das taxas de recolha seletiva e de valorização dos resíduos urbanos recolhidos.

## C. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 2021-2027

O desenho da EIDT do Baixo Alentejo para o período 2021-2027 procura traduzir uma lógica de continuidade e aprofundamento relativamente ao exercício de planeamento estratégico realizado para o período 2014-2020, valorizando assim a abordagem de longo prazo e a necessidade de estabilidade/persistência das políticas preconizadas que então foram defendidas. Neste contexto, as base estratégicas aqui apresentadas partem do referencial adotado na EIDT 2014-2020, revisitando-o e atualizando-o em função dos elementos informativos apresentados nos pontos anteriores deste documento.

### C.1. VISÃO DE FUTURO

A definição de uma Visão de Futuro para o Baixo Alentejo pretende expressar uma imagem do futuro ambicionado para este território no horizonte temporal de 2027, funcionando como um referencial mobilizador e orientador para a ação dos *stakeholders* com contributos potenciais relevantes na sua materialização. No essencial, a Visão proposta não difere substancialmente daquela que havia sido adotada no âmbito da EIDT 2014-2020, tendo-se apenas procedido a uma mais clara especificação dos seus termos de modo a incorporar plenamente os desafios estratégicos prospetivados para a região e os caminhos considerados preferenciais para os enfrentar. Neste contexto, a Visão de Futuro defendida pode ser expressa do seguinte modo:

**O Baixo Alentejo conseguiu suster o processo de desvitalização demográfica e económica através da criação de condições catalisadoras que fomentaram a fixação e atração de residentes em resultado da materialização de iniciativas empresariais geradoras de valor e emprego qualificado e da implementação de um modelo sustentável de coesão socioterritorial e mobilização dos seus ativos ambientais, exibindo práticas bem-sucedidas de acolhimento de residentes e empresas, de reforço da capacidade empreendedora individual e coletiva e de crescente abertura e afirmação externa perante novos públicos e mercados**

O pleno entendimento desta Visão pressupõe que se compreendam e internalizem devidamente cinco ideias principais que estão subjacentes à estratégia de desenvolvimento preconizada para o Baixo Alentejo:

- a contenção (e, idealmente, a reversão) do processo de desvitalização demográfica e económica registado nas últimas décadas é um desígnio regional cujo alcance depende da ativação e implementação de políticas e comportamentos de matriz fortemente voluntarista;

- a materialização de iniciativas empresariais geradoras de valor e emprego qualificado na região implica um maior robustecimento e diferenciação das condições de envolvente disponibilizadas aos agentes económicos, afirmando vantagens comparativas e competitivas distintivas num contexto fortemente concorrencial;
- o reforço da atratividade residencial e da qualidade de vida na região exige um modelo de coesão socioterritorial melhor adaptado às transformações sociais e territoriais em curso, com destaque para as condições de acesso à habitação, aos serviços de interesse geral e a amenidades distintivas (e.g. no domínio da cultura), tanto em espaço urbano como em espaço rural;
- a valorização económica e social dos ativos ambientais presentes no território regional deve conformar-se com princípios de racionalidade e sustentabilidade que salvaguardem a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis, promovendo uma maior circularidade na sua utilização e uma resposta eficaz aos desafios suscitados pelas alterações climáticas;
- a efetiva concretização da Visão de Desenvolvimento preconizada está especialmente dependente do sucesso que venha a ser alcançado em domínios de elevada criticidade para a região, como são os casos do acolhimento de pessoas e empresas, da capacidade empreendedora individual e coletiva e da abertura e afirmação externa perante novos públicos e mercados.

## C.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A prossecução da Visão de Futuro defendida para o Baixo Alentejo tem subjacente a necessidade de definição de um *guião estratégico* que seja capaz de federar e orientar a bateria de recursos, competências e capacidades de iniciativa distribuída pela diversidade de agentes a quem se possa associar um contributo potencial relevante para esse desafio coletivo. Esse guião e a sua aceitação/internalização por parte dos diferentes *stakeholders* são elementos absolutamente essenciais para evitar a atomização de intervenções no território regional, com a consequente perda de coerência e capacidade de alavancagem dos recursos que venham a ser mobilizados em prol do desenvolvimento futuro do Baixo Alentejo.

Também aqui, considera-se que, no essencial, o elenco de Objetivos Estratégicos [OE] consignado na EIDT 2014-2020 mantém a sua pertinência face às atuais necessidades, desafios e oportunidades de desenvolvimento da região, assim como a sua relevância enquanto referencial orientador da ação coletiva para concretizar a Visão de Futuro agora (re)definida. Sem prejuízo desta apreciação, considerou-se oportuno proceder a afinações pontuais no âmbito, sentido e formulação original dos OE de modo a incorporar plenamente os resultados do processo de atualização de diagnóstico realizado e as suas implicações estratégicas.

Neste contexto, os OE que servem como orientação para a definição das iniciativas de suporte à materialização da Visão de Futuro a prosseguir no quadro da EIDT 2021-2027 são, designadamente, os seguintes:

**OE1:** Posicionar o Baixo Alentejo como um **Território Amigo do Investimento**

**OE2:** Afirmar o Baixo Alentejo como um **Território Capacitado e Empreendedor**

**OE3:** Valorizar o Baixo Alentejo como um **Território Resiliente e de Excelência Ambiental**

**OE4:** Reforçar o Baixo Alentejo como um **Território Residencial Atrativo e Inclusivo**

**OE5:** Dinamizar o Baixo Alentejo enquanto **Território em Rede(s)**

O primeiro OE [**Território Amigo do Investimento**] visa dotar a região com condições de referência para a sua afirmação como um território onde é fácil investir e que dispõe de uma envolvente de suporte à atividade económica com efetiva capacidade de resposta às necessidades e solicitações do tecido empresarial.

O segundo OE [**Território Capacitado e Empreendedor**] visa colocar o conhecimento, as competências e a capacidade de empreendimento no centro do modelo de desenvolvimento económico e social pretendido para a região, mitigando os défices que, a este nível, ainda impendem sobre grande parte da população residente, do tecido empresarial e dos demais agentes de natureza coletiva (públicos e privados).

O terceiro OE [**Território Resiliente e de Excelência Ambiental**] visa assegurar a preservação da integridade e do carácter distintivo da base de ativos ambientais da região, compatibilizando de forma virtuosa e sustentável o reforço da sua capacidade adaptativa aos efeitos das alterações climáticas com a respetiva mobilização para fins económicos e sociais.

O quarto OE [**Território Residencial Atrativo e Inclusivo**] visa melhorar o quadro de vida que a região é capaz de proporcionar aos seus residentes atuais e potenciais, atuando de forma concertada sobre os principais fatores com influência na disponibilização de um ambiente residencial qualificado e inclusivo.

Finalmente, o quinto OE [**Território em Rede(s)**] – de natureza transversal – visa promover a cooperação interinstitucional no interior da região e com outras regiões portuguesas e estrangeiras, entendendo-a como uma via essencial para a obtenção de sinergias, acesso a boas práticas e acréscimo de visibilidade e presença junto de públicos e mercados externos.

### C.3. DOMÍNIOS ESTRUTURANTES DE INTERVENÇÃO

A dimensão do afastamento que ainda se verifica entre o atual *status quo* do Baixo Alentejo (agravado num cenário de continuidade das tendências *pesadas* instaladas) e a Visão de Futuro preconizada para a região impõem que a EIDT 2021-2027 se posicione e afirme como um referencial de política pública fortemente voluntarista, prolongando e aprofundando o sentido de intervenção já preconizado na EIDT 2014-2020. Para ser eficaz, tal voluntarismo terá de se repercutir na materialização de ações concretas que permitam alcançar os Objetivos Estratégicos fixados, convocando forçosamente um conjunto vasto de domínios onde essa intervenção se apresenta necessária e fundamental.

Neste contexto, e enquanto abordagem de base à posterior definição de instrumentos operativos e de financiamento, procedeu-se à identificação de 10 Domínios Estruturantes de Intervenção [DEI] que se afiguram essenciais para prosseguir os Objetivos Estratégicos da EIDT 2021-2027:

- DEI:01: Qualificação da Envolvente de Suporte à Iniciativa Empresarial;
- DEI:02: Valorização Económica do Potencial Endógeno;
- DEI:03: Capital Humano e Promoção da Empregabilidade;
- DEI:04: Inclusão Social e Serviços de Interesse Geral;
- DEI:05: Habitação e Regeneração Urbana;
- DEI:06: Infraestruturas de Conectividade Física e Digital;
- DEI:07: Infraestruturas e Serviços Ambientais;
- DEI:08: Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis;
- DEI:09: Gestão Integrada de Ativos e Riscos Ambientais;
- DEI:10: Modernização e Capacitação da Administração Local.

A descrição sumária de cada um destes DEI contempla **(i)** a explicitação dos objetivos prosseguidos e **(ii)** a identificação de projetos-âncora e/ou tipologias de intervenção.

#### **DEI:01 – QUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DE SUPORTE À INICIATIVA EMPRESARIAL**

Este DEI deverá congrega intervenções com capacidade para aumentar a capacidade de atração, instalação e desenvolvimento de iniciativas empresariais no território regional, atuando ao nível quer da redução dos designados *custos de contexto*, quer da qualidade e diferenciação da carteira de infraestruturas, serviços e instrumentos de apoio financeiro e fiscal disponibilizada e passível de ser mobilizada pelos agentes económicos portadores dessas iniciativas.

Para atingir este objetivo, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- criação, expansão e/ou (re)qualificação de infraestruturas de acolhimento empresarial;
- melhoria da oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento económico e empresarial;
- ativação de instrumentos de apoio financeiro e fiscal ao investimento empresarial.

#### **DEI:02 – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO POTENCIAL ENDÓGENO**

Este DEI deverá congrega intervenções direcionadas para o aumento da capacidade de geração de valor a partir do aproveitamento económico dos recursos e ativos territoriais distintivos presentes na região (naturais, edificados e imateriais), atribuindo especial centralidade ao desenho e implementação de estratégias de promoção da eficiência coletiva mobilizadoras da capacidade de iniciativa dos agentes económicos em torno de projetos que potenciem ganhos de dimensão e *massa crítica*, a inovação de produtos e/ou processos e a criação/integração em canais de distribuição e comercialização para mercados exteriores à região (nacionais e estrangeiros).

Para atingir este objetivo, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- produção, disseminação e/ou transferência de conhecimento científico e técnico com valor económico direto para a atividade empresarial (preferencialmente via Sistema Regional de Transferência de Tecnologia);
- valorização e inovação em produtos e processos produtivos sustentáveis (novas produções agrícolas e pecuárias, certificação de produtos alimentares, reengenharia de produtos turísticos, etc.);
- conceção, estruturação e montagem de ofertas integradas (p.ex. recuperação e/ou valorização de recursos territoriais no âmbito de projetos de aproveitamento turístico, desenvolvimento de pacotes turísticos em segmentos como o turismo de natureza e o *touring* cultural e paisagístico, etc.);
- criação ou reforço da presença em canais de distribuição e comercialização de produtos e serviços (p.ex. colocação de produtos alimentares em grandes superfícies ou em mercados externos, integração da oferta de gastronomia e vinhos em pacotes turísticos, etc.);
- desenvolvimento de iniciativas que promovam a visibilidade das atividades e das potencialidades económicas, culturais e turísticas da região junto de públicos internos e externos à região (realização de missões comerciais, participação em feiras e exposições, dinamização de eventos culturais, criação/melhoria de plataformas e canais digitais, etc.).

Na perspetiva da CIMBAL, estas são tipologias de intervenção que, sem prejuízo da sua prossecução com base em iniciativas individuais, deverão também beneficiar de enquadramento em iniciativas mobilizadoras no âmbito das designadas *estratégias de eficiência coletiva*, obviando assim às limitações de dimensão e prática de cooperação que caracterizam os tecidos institucional e empresarial da região.

### **DEI:03 – CAPITAL HUMANO E PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE**

Este DEI deverá congrega intervenções orientadas para fomentar o aumento do nível de qualificações e aprendizagens da população residente na região, promovendo a qualidade e as condições de acesso a ofertas diferenciadas de educação-formação para diferentes públicos (lógicas de aprendizagem inicial e ao longo da vida), o crescente ajustamento entre a oferta e a procura de competências no mercado de trabalho (lógica de melhoria das condições de empregabilidade dos ativos) e, de forma transversal, a disseminação de valores e competências no domínio do empreendedorismo.

Para atingir este objetivo, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- programas integrados de promoção do sucesso escolar, combinando intervenções de carácter multi-institucional *dentro da sala de aula e fora da sala de aula*;
- estudos de antecipação e monitorização de necessidades de qualificações no mercado de trabalho, enquanto instrumentos de suporte à definição das ofertas educativas e formativas;

- reforço da territorialização das políticas ativas de emprego, tanto ao nível da capacitação e formação de recursos humanos como do apoio à contratação de recursos humanos;
- programas e ações direcionadas para a disseminação de valores e competências no domínio do empreendedorismo, abrangendo abordagens e públicos-alvo de natureza diferenciada.

#### **DEI:04 – INCLUSÃO SOCIAL E SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL**

Este DEI deverá congrega intervenções que permitam reforçar a disponibilidade, qualidade e acessibilidade a uma gama vasta e diversificada de serviços de interesse geral (i.e. educação, saúde, apoio social, cultura, desporto, transportes públicos, etc.), ajustada às especificidades do tecido socioedemográfico e ao modelo de organização territorial da região, bem como a atuação integrada sobre situações de necessidade, carência e pobreza e a diminuição da exposição a fatores e riscos de exclusão por parte dos segmentos mais vulneráveis da população.

Para atingir estes objetivos, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- apoio à elaboração/revisão de instrumentos integrados ou setoriais de promoção do desenvolvimento social (p.ex. Planos de Desenvolvimento Social) e planeamento da rede de serviços de interesse geral (Cartas Educativas, Cartas de Saúde, Cartas Sociais, Cartas Desportivas, Planos Diretores de Transporte Público, etc.);
- construção, alargamento, beneficiação e/ou (re)apetrechamento técnico e logístico de equipamentos de natureza especializada;
- construção, alargamento, beneficiação, adaptação e/ou (re)apetrechamento técnico e logístico de novos equipamentos de instalações já existentes para o acolhimento de novas funções em regime de polivalência, seja em regime permanente (i.e. equipamentos integrados ou multiusos) ou de rotatividade/alternância de usos;
- aquisição de meios tecnológicos e material circulante específico que viabilizem a disponibilização de serviços em regime remoto (p.ex. telemedicina) ou móvel (p.ex. unidades móveis de saúde);
- apoio à implementação de abordagens integradas de base territorial orientadas para o reforço da inclusão e a promoção do desenvolvimento social (Contratos Locais de Desenvolvimento Social [CLDS], estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária [DLBC], etc.);
- apoio à programação e mediação cultural, tanto com base na mobilização/dinamização de agentes culturais locais/regionais como no acolhimento de produções com origem externa ao território e de criadores através de programas de residências artísticas.

#### **DEI:05 – HABITAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA**

Este DEI deverá congrega intervenções orientadas para a qualificação e valorização do ambiente urbano, envolvendo dimensões-chave como as infraestruturas, os espaços públicos, a mobilidade e acessibilidade, os equipamentos coletivos e a reabilitação física do edificado, promovendo também a melhoria das condições de acesso à habitação com base na ativação de mecanismos que contribuam para a efetiva disponibilização de soluções de alojamento adequadas e a custos comportáveis segundo regimes de propriedade diferenciados (com destaque para o arrendamento).

Para atingir estes objetivos, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- construção, reabilitação e/ou renovação de infraestruturas urbanas (redes de mobilidade urbana, de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e pluviais, de recolha de resíduos urbanos, etc.);
- construção, reabilitação e/ou renovação de espaços públicos (incluindo intervenções orientadas para a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade pedonal e a adaptação às alterações climáticas);
- construção, ampliação, reabilitação e/ou adaptação de equipamentos coletivos (incluindo a refuncionalização de edificado existente para acolhimento de novos usos);
- construção, ampliação, reabilitação e/ou adaptação de edificado habitacional (incluindo a refuncionalização de edificado existente para fins habitacionais).

#### **DEI:06 – INFRAESTRUTURAS DE CONECTIVIDADE FÍSICA E DIGITAL**

Este DEI deverá congrega intervenções orientadas para a melhoria das condições materiais de conectividade interna e externa do território regional, minimizando os problemas de acessibilidade, capacidade e/ou desempenho que ainda caracterizam as redes de infraestruturas de transporte (conectividade física) e comunicações (conectividade digital) da região.

Para atingir este objetivo, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- construção, reabilitação, beneficiação e/ou renovação de infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário de natureza estruturante (IP8, IC27, Linha do Alentejo, etc.);
- reabilitação, beneficiação, reabilitação e/ou renovação de infraestruturas de transporte rodoviário de suporte à coesão local e intra-regional (i.e. rede de Estradas Nacionais e Municipais);
- construção e/ou alargamento da rede de infraestruturas de comunicação em banda larga com vista a atingir a cobertura universal para velocidades mínimas de 30 Mbps e de 50% dos agregados familiares residentes na região para velocidades mínimas de 100 Mbps (cf. Agenda Portugal Digital).

#### **DEI:07 – INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS**

Este DEI deverá congrega intervenções orientadas para a melhoria dos níveis de cobertura e desempenho das redes de infraestruturas e serviços relacionados com o ciclo urbano da água e com os resíduos urbanos, incluindo aí a sensibilização e capacitação de todos os *stakeholders* pertinentes (consumidores, produtores, gestores de sistemas, etc.) para as temáticas do consumo responsável e da economia circular.

Para atingir estes objetivos, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- construção, reabilitação, beneficiação e/ou renovação de infraestruturas de abastecimento de água, incluindo também o aproveitamento de águas pluviais para usos compatíveis;

- construção, reabilitação, beneficiação e/ou renovação de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, incluindo também o recurso a redes diferenciadas para águas residuais urbanas e águas pluviais;
- consolidação e otimização da rede de pontos e sistemas de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos;
- consolidação e otimização dos meios, processos e circuitos de recolha e transporte de resíduos urbanos (p.ex. material circulante);
- criação e/ou reforço de capacidade infraestrutural e operacional de triagem e valorização (orgânica, energética e física) de resíduos urbanos;
- desenvolvimento de programas e iniciativas direcionadas para a sensibilização e formação das populações com vista à adoção de padrões mais racionais de consumo/utilização de recursos.

#### **DEI:08 – PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS**

Este DEI deverá congrega intervenções orientadas para a afirmação da região como um território de baixa intensidade carbónica, atuando primordialmente ao nível da adoção de sistemas, tecnologias e práticas/hábitos que promovam um consumo mais racional e eficiente da energia e um recurso crescente a fontes renováveis de energia por parte das diferentes tipologias de consumidores (serviços públicos, empresas, instituições da economia social, famílias, etc.).

Para atingir estes objetivos, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- projetos conducentes ao aumento da eficiência energética de edifícios e equipamentos de natureza pública e privada (instalação/melhoria de isolamento térmico, substituição/adaptação de sistemas técnicos, iluminação, instalação de sistemas e equipamentos de gestão de consumos, etc.);
- projetos de incorporação de fontes de energia renováveis em edifícios e equipamentos de natureza pública e privada (p.ex. instalação/substituição de painéis solares térmicos e fotovoltaicos);
- projetos conducentes ao aumento da eficiência energética de sistemas de iluminação pública, decorativa e semaforica (p.ex. instalação/substituição de sistemas e tecnologias mais eficientes);
- reforço da capacidade da rede de transporte de eletricidade com vista à instalação de novos centros electroprodutores fotovoltaicos (ligação a 400kV do eixo Ferreira do Alentejo-Ourique-Tavira);
- desenvolvimento de programas e iniciativas direcionadas para a sensibilização e formação das populações e outros grupos de consumidores com vista à adoção de padrões mais racionais e eficientes de consumo energético e ao recurso a fontes renováveis de energia.

#### **DEI:09 – GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E RISCOS AMBIENTAIS**

Este DEI deverá congrega intervenções que promovam ativamente a conservação e valorização da base de recursos naturais presente na região, tanto de natureza produtiva como não produtiva,

incluindo o incremento da sua resiliência e capacidade de adaptação aos impactes suscitados pelas alterações climáticas e pela ação antrópica que possam contribuir para sua degradação.

Para atingir estes objetivos, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- elaboração e implementação de instrumentos de caracterização/diagnóstico e de planeamento e gestão ambiental, incluindo no domínio da adaptação aos efeitos das alterações climáticas, assim como em matéria de proteção civil;
- projetos e ações de proteção/recuperação de espécies, *habitats* e ecossistemas com estado de conservação desfavorável, incluindo o reforço da resiliência e da capacidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas;
- projetos e ações de promoção da disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos do território regional, incluindo a adoção de práticas sustentáveis de utilização deste tipo de recursos;
- projetos de mitigação e recuperação de passivos ambientais, com destaque para a intervenção em antigas áreas de exploração mineira (p.ex. Aljustrel e Minas de São Domingos);
- projetos-piloto para a implementação de modelos de remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas em espaços rurais do território regional.

#### **DEI:10 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Este DEI deverá congrega intervenções direcionadas para o aumento dos níveis de eficácia e eficiência alcançados pelos organismos da Administração Local no desempenho das suas missões, designadamente em áreas como a reengenharia e desmaterialização de processos, os modelos de interação com os cidadãos/municípios e as empresas e a qualificação dos recursos humanos.

Para atingir estes objetivos, considera-se relevante apostar na mobilização das seguintes tipologias de intervenção principais:

- projetos de melhoria do funcionamento operacional interno (ou de *back-office*) dos Municípios, designadamente por via da reengenharia de processos e da sua desmaterialização com base em tecnologias de suporte adequadas;
- projetos de melhoria da qualidade do atendimento/serviço prestado a cidadãos/municípios e empresas, designadamente por via da estruturação dos *front-offices* municipais numa lógica de balcão único assente em plataformas multicanal integradas (presencial, eletrónico, telefónico, etc.), da implementação de soluções móveis de atendimento presencial (incluindo numa lógica de *atendimento digital assistido*) e da formalização de processos de certificação da qualidade;
- projetos de capacitação dos recursos humanos da Administração Local, designadamente por via da implementação de programas e ações de formação profissional;
- projetos de criação e animação de *comunidades de prática* de natureza intermunicipal, designadamente por via da constituição e implementação de grupos de trabalho orientados para a aquisição, desenvolvimento e partilha de conhecimento prático em torno de temas/áreas específicas com relevância para a atividade municipal.



## **ANEXO I – ESTRUTURA DE OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO 2021-2027**

## ESTRUTURA DE OBJETIVOS POLÍTICOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PROPOSTA DE POLÍTICA DE COESÃO 2021-2027

Objetivos Políticos	Objetivos Específicos (FEDER e FC)	Objetivos Específicos (FSE+)
1) Uma <b>Europa mais inteligente</b> , através da inovação, digitalização e transformação económica, assim como do apoio às pequenas e médias empresas;	i) reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas (FEDER) ii) aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos (FEDER) iii) reforçar o crescimento e a competitividade das PME (FEDER) iv) desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo (FEDER)	-
2) Uma <b>Europa mais «verde», sem emissões de carbono</b> , aplicando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;	i) promover medidas de eficiência energética (FEDER e FC) ii) promover as energias renováveis (FEDER e FC) iii) desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local (FEDER e FC) iv) promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes (FEDER e FC) v) promover a gestão sustentável da água (FEDER e FC) vi) promover a transição para uma economia circular (FEDER e FC) vii) reforçar a biodiversidade, as infraestruturas verdes no ambiente urbano e reduzindo a poluição (FEDER e FC)	-
3) Uma <b>Europa mais conectada</b> , com redes de transporte e redes digitais estratégicas;	i) reforçar a conectividade digital (FEDER) ii) desenvolver uma RTE-T sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal (FEDER e FC) iii) desenvolver uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiras (FEDER e FC) iv) promover a mobilidade urbana multimodal sustentável (FEDER e FC)	-
4) Uma <b>Europa mais social</b> , concretizando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;	i) reforçar a eficácia dos mercados de trabalho e do acesso a empregos de qualidade, através do desenvolvimento da inovação social e das infraestruturas (FEDER) ii) melhorar o acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas (FEDER) iii) aumentar a integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos, através de medidas integradas, incluindo habitação e serviços sociais (FEDER) iv) garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde através do desenvolvimento de infraestruturas, incluindo cuidados de saúde primários (FEDER)	i) melhorar o acesso ao emprego de todos os que procuram trabalhar, em especial os jovens, os desempregados de longa duração e as pessoas inativas, promovendo o emprego por conta própria e a economia social ii) modernizar as instituições e os serviços do mercado de trabalho no sentido de avaliar e antecipar necessidades de competências e garantir uma assistência individualizada em tempo útil e apoio a ações tendentes a adequar a oferta e a procura no mercado de trabalho e a favorecer as transições e a mobilidade iii) promover a participação das mulheres no mercado de trabalho, uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar, nomeadamente o acesso a estruturas de acolhimento de crianças, um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde, a

Objetivos Políticos	Objetivos Específicos (FEDER e FC)	Objetivos Específicos (FSE+)
		<p>adaptação à mudança por parte de trabalhadores, empresas e empresários, e o envelhecimento ativo e saudável</p> <p>iv) melhorar a qualidade, a eficácia e a relevância para o mercado de trabalho dos sistemas de educação e formação, de forma a favorecer a aquisição de competências essenciais, inclusive no domínio digital</p> <p>v) promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde o ensino e o acolhimento na primeira infância até à educação e à formação de carácter geral e profissional e ao ensino superior, bem como ao ensino e à aprendizagem de adultos, facilitando, assim, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos</p> <p>vi) promover a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente através de oportunidades flexíveis de todos adquirirem ou atualizarem competências, tendo em conta as competências digitais, uma melhor antecipação da mudança e das novas exigências em matéria de competências em função das necessidades do mercado de trabalho, facilitando as transições de carreira e fomentando a mobilidade profissional</p> <p>vii) favorecer a inclusão ativa, designadamente com vista a promover a igualdade de oportunidades e a participação ativa e melhorar a empregabilidade</p> <p>viii) promover a integração socioeconómica de nacionais de países terceiros e de comunidades marginalizadas, tais como os ciganos</p> <p>ix) reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive mediante a promoção do acesso à proteção social; melhorar a acessibilidade, a eficácia e a resiliência dos sistemas de cuidados de saúde e de cuidados prolongados</p> <p>x) promover a integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças</p> <p>xi) combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo medidas de acompanhamento</p>
<p>5) Uma <b>Europa mais próxima dos cidadãos</b>, apoiando estratégias de desenvolvimento dirigidas a nível local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a UE.</p>	<p>i) promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado, o património cultural e a segurança nas zonas urbanas (FEDER)</p> <p>ii) promover o desenvolvimento social, económico e ambiental local integrado, o património cultural e a segurança, incluindo para zonas rurais e costeiras também através do desenvolvimento local de base comunitário (FEDER)</p>	<p>-</p>

FONTE: COMISSÃO EUROPEIA

## **ANEXO II – *TABLEAU-DE-BORD* ESTATÍSTICO DO BAIXO ALENTEJO**

<b>PERSPETIVA GLOBAL</b>					
<b>Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice Global [PT=100]</b>					
<b>Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice Global [PT=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	97,4	96,1	95,3	95,5	94,0
Alentejo	96,5	95,7	96,1	96,4	96,0
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice de Competitividade [PT=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	91,6	87,9	88,0	89,3	88,4
Alentejo	89,9	87,6	89,3	90,9	90,7
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice de Coesão [PT=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	94,7	94,4	92,2	92,2	89,0
Alentejo	98,6	98,7	98,2	97,1	95,5
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice de Qualidade Ambiental [PT=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	106,7	106,9	106,5	105,7	105,6
Alentejo	101,5	101,6	101,4	101,7	102,3
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<b>A-ECONOMIA</b>					
<b>A.1-Geração de Riqueza</b>					
<b>Produto Interno Bruto [milhões de €, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	2.066	2.084	2.093	2.046	2.146
Alentejo	11.571	11.704	12.335	12.306	12.736
Portugal	180.830	182.422	185.750	189.333	194.613
<b>Produto Interno Bruto [2013=100, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	100,9	101,3	99,0	103,9
Alentejo	100,0	101,1	106,6	106,4	110,1
Portugal	100,0	100,9	102,7	104,7	107,6
<b>Produto Interno Bruto per capita [PT=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	96,2	96,8	96,5	93,3	95,9
Alentejo	89,7	90,4	94,4	93,1	94,3
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Produtividade Aparente do Trabalho [€, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	44.598	44.244	44.511	43.254	44.372
Alentejo	41.998	41.355	43.243	42.614	42.963
Portugal	40.634	40.422	40.594	40.718	40.525
<b>Taxa de Utilização de Recursos Humanos [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	37,3	38,4	38,9	39,6	40,8
Alentejo	36,9	38,3	39,1	40,0	41,5
Portugal	42,6	43,4	44,2	45,0	46,6

<b>A.2-Estrutura Setorial</b>					
<b>Peso Relativo dos Ramos de Atividades Internacionalizáveis no Valor Acrescentado Bruto [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	49,3	49,7	49,1	50,2	52,9
Alentejo	52,8	52,9	54,7	55,1	56,8
Portugal	53,9	54,6	54,9	55,6	56,1
<b>Valor Acrescentado Bruto - Setor Primário [2013=100, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	102,3	114,3	116,9	121,9
Alentejo	100,0	98,7	106,2	105,5	107,5
Portugal	100,0	98,4	101,2	98,3	102,3
<b>Valor Acrescentado Bruto - Setor Secundário [2013=100, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	99,6	95,9	85,8	95,1
Alentejo	100,0	99,8	117,3	111,5	119,1
Portugal	100,0	101,1	106,3	108,1	110,9
<b>Valor Acrescentado Bruto [2013=100, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	100,3	100,5	97,9	102,4
Alentejo	100,0	100,6	105,7	105,2	108,5
Portugal	100,0	100,3	101,9	103,6	106,0
<b>Internacionalização da Economia</b>					
<b>Grau de Abertura da Economia [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	32,7	33,8	36,1	34,1	37,7
Alentejo	45,8	45,9	44,3	41,8	45,3
Portugal	61,3	61,9	61,2	59,8	64,1
<b>Intensidade Exportadora da Economia [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	27,3	28,5	29,5	27,5	30,3
Alentejo	26,2	25,9	24,9	24,1	25,6
Portugal	27,8	27,8	27,6	26,8	28,3
<b>Exportações de Bens [2013=100, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	105,6	109,7	99,8	115,4
Alentejo	100,0	99,9	101,4	97,5	107,4
Portugal	100,0	100,8	102,1	101,1	109,5
<b>Importações de Bens [2013=100, a preços de 2017]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	98,1	122,3	120,3	142,4
Alentejo	100,0	103,3	105,1	96,4	110,9
Portugal	100,0	102,8	103,0	103,0	115,1
<b>Atividade Turística</b>					
<b>Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros [nº]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	111.786	136.925	159.765	164.918	192.251
Alentejo	792.525	919.205	1.058.492	1.169.785	1.369.619
Portugal	15.209.605	17.301.622	19.161.180	21.252.625	23.953.765
<b>Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros [2013=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	122,5	142,9	147,5	172,0
Alentejo	100,0	116,0	133,6	147,6	172,8
Portugal	100,0	113,8	126,0	139,7	157,5

<b>Proporção de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	19,5	18,5	21,6	20,4	20,6
Alentejo	30,5	31,0	31,8	32,4	34,3
Portugal	57,8	57,7	58,4	59,8	61,6
<b>Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros [nº]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	197.763	231.904	278.892	295.075	337.508
Alentejo	1.416.693	1.664.296	1.924.308	2.134.313	2.487.385
Portugal	43.533.151	48.711.366	53.074.176	59.122.640	65.385.210
<b>Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros [2013=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	117,3	141,0	149,2	170,7
Alentejo	100,0	117,5	135,8	150,7	175,6
Portugal	100,0	111,9	121,9	135,8	150,2
<b>Proveitos de Aposento por Dormida nos Estabelecimentos Hoteleiros [€]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	17	31	35	37	39
Alentejo	27	34	35	37	40
Portugal	31	33	36	38	42
<b>Proveitos de Aposento por Dormida nos Estabelecimentos Hoteleiros [PT=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	55,2	94,0	97,4	97,7	93,4
Alentejo	84,4	101,0	99,1	97,9	94,4
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Tecido Empresarial</b>					
<b>Número de Empresas [2013=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	102,0	103,9	106,1	109,9
Alentejo	100,0	102,1	104,2	107,0	110,0
Portugal	100,0	102,7	105,9	108,9	113,1
<b>Peso Relativo das Empresas em Nome Individual [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	75,1	75,3	74,4	73,8	73,4
Alentejo	71,7	71,7	71,5	71,5	71,4
Portugal	67,5	67,8	68,0	68,2	68,2
<b>Volume de Negócios por Empresa [€]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	136.236	139.266	149.997	148.963	160.382
Alentejo	186.414	186.537	190.302	189.801	201.115
Portugal	289.250	286.290	285.106	284.658	298.930
<b>Valor Acrescentado Bruto por Empresa [€]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	40.428	41.427	43.247	42.430	48.909
Alentejo	39.486	41.276	44.787	45.730	49.782
Portugal	66.561	67.476	69.254	71.407	74.588
<b>Pessoal ao Serviço por Empresa [nº]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Alentejo	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Portugal	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1

<b>Mercado de Trabalho</b>					
<b>Emprego [2013=100]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	100,0	101,7	101,5	102,1	104,4
Alentejo	100,0	102,7	103,5	104,8	107,6
Portugal (Continente)	100,0	101,4	102,8	104,5	107,9
<b>Trabalhadores no Setor Empresarial [2012=100]</b>					
	2012	2013	2014	2015	2016
Baixo Alentejo	100,0	99,4	100,7	104,2	104,4
Alentejo	100,0	98,8	100,0	103,5	106,5
Portugal (Continente)	100,0	98,9	100,9	104,2	107,5
<b>Peso Relativo dos Trabalhadores no Setor Empresarial com Ensino Superior [%]</b>					
	2012	2013	2014	2015	2016
Baixo Alentejo	12,7	13,7	13,7	14,6	14,6
Alentejo	12,8	13,4	13,8	14,5	14,6
Portugal (Continente)	18,7	19,5	19,9	20,5	21,0
<b>Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores do Setor Empresarial [PT=100]</b>					
	2012	2013	2014	2015	2016
Baixo Alentejo	92,3	93,4	93,0	93,5	92,6
Alentejo	89,9	90,9	90,6	90,7	90,1
Portugal (Continente)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Disparidade no Ganho Médio Mensal por Nível de Habilitações dos Trabalhadores do Setor Empresarial [%]</b>					
	2012	2013	2014	2015	2016
Baixo Alentejo	26,3	26,5	25,7	24,7	24,0
Alentejo	28,3	27,2	27,0	26,1	25,6
Portugal (Continente)	37,6	36,8	35,8	35,1	34,3
<b>Desempregados Inscritos no Centro de Emprego [2014=100]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	100,0	108,0	93,7	78,4	68,9
Alentejo	100,0	96,1	84,8	69,5	59,4
Portugal (Continente)	100,0	92,7	80,6	67,5	56,6
<b>Intensidade Relativa do Desemprego [%]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	8,6	9,4	8,3	7,0	6,2
Alentejo	8,1	7,9	7,1	5,9	5,1
Portugal (Continente)	8,8	8,2	7,2	6,1	5,1

<b>SOCIEDADE</b>					
<b>População Residente</b>					
<b>População Residente [nº]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	121.859	120.128	119.024	117.868	116.557
Alentejo	733.370	724.391	718.087	711.950	705.478
Portugal	10.374.822	10.341.330	10.309.573	10.291.027	10.276.617
<b>População Residente [2014=100]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	100,0	98,6	97,7	96,7	95,6
Alentejo	100,0	98,8	97,9	97,1	96,2
Portugal	100,0	99,7	99,4	99,2	99,1

<b>Taxa de Crescimento Natural [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	-0,7	-0,9	-0,8	-0,8	-0,9
Alentejo	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7
Portugal	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,3
<b>Taxa de Crescimento Migratório [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	-0,7	-0,6	-0,2	-0,2	-0,2
Alentejo	-0,7	-0,6	-0,2	-0,2	-0,2
Portugal	-0,3	-0,1	-0,1	0,1	0,1
<b>Índice Sintético de Fecundidade [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	1,4	1,4	1,6	1,5	1,5
Alentejo	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4
Portugal	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4
<b>Peso Relativo da População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	2,9	2,9	2,9	2,9	3,0
Alentejo	3,3	3,2	3,2	3,3	3,4
Portugal	3,8	3,8	3,7	3,8	4,0
<b>Estrutura Etária da População</b>					
<b>Peso Relativo da População Residente 65 e + Anos [2014=100]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	24,4	24,6	24,7	24,8	25,0
Alentejo	24,5	24,7	25,0	25,2	25,5
Portugal	20,3	20,7	21,1	21,5	21,8
<b>Peso Relativo da População Residente 0-14 anos [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	13,3	13,1	13,2	13,1	13,0
Alentejo	13,1	12,9	12,8	12,7	12,5
Portugal	14,4	14,1	14,0	13,8	13,7
<b>Índice de Envelhecimento Demográfico [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	184,1	186,9	187,3	189,2	191,3
Alentejo	186,5	191,6	194,7	199,2	203,1
Portugal	141,3	146,5	150,9	155,4	159,4
<b>Índice de Dependência Total [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	60,5	60,5	60,9	61,2	61,3
Alentejo	60,2	60,4	60,7	61,0	61,3
Portugal	53,0	53,4	54,1	54,7	55,1
<b>Escolarização e Desempenho Educativo</b>					
<b>Taxa Real de Pré-Escolarização [%]</b>					
	<b>2012/13</b>	<b>2013/14</b>	<b>2014/15</b>	<b>2015/16</b>	<b>2016/17</b>
Baixo Alentejo	100,0	98,1	94,3	92,4	92,8
Alentejo	97,8	95,9	95,4	94,3	95,0
Portugal	88,5	87,7	88,5	88,4	90,8

<b>Taxa de Retenção e Desistência no 1º Ciclo do Ensino Básico [%]</b>					
	<b>2012/13</b>	<b>2013/14</b>	<b>2014/15</b>	<b>2015/16</b>	<b>2016/17</b>
Baixo Alentejo	9,0	10,5	8,3	6,7	6,0
Alentejo	6,0	6,8	5,8	5,0	4,3
Portugal	4,6	4,8	4,0	3,6	2,9
<b>Taxa de Retenção e Desistência no 2º Ciclo do Ensino Básico [%]</b>					
	<b>2012/13</b>	<b>2013/14</b>	<b>2014/15</b>	<b>2015/16</b>	<b>2016/17</b>
Baixo Alentejo	15,6	14,1	11,1	8,8	9,9
Alentejo	14,7	13,7	11,0	8,6	7,8
Portugal	12,4	11,2	8,5	6,7	5,9
<b>Taxa de Retenção e Desistência no 3º Ciclo do Ensino Básico [%]</b>					
	<b>2012/13</b>	<b>2013/14</b>	<b>2014/15</b>	<b>2015/16</b>	<b>2016/17</b>
Baixo Alentejo	18,0	18,7	13,1	11,6	12,7
Alentejo	17,5	17,3	13,1	10,9	10,2
Portugal	15,7	14,9	12,1	9,8	8,4
<b>Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário [%]</b>					
	<b>2012/13</b>	<b>2013/14</b>	<b>2014/15</b>	<b>2015/16</b>	<b>2016/17</b>
Baixo Alentejo	16,3	16,5	16,4	14,3	14,4
Alentejo	18,5	18,0	16,6	14,7	14,6
Portugal	18,8	18,2	16,4	15,5	14,9
<b>Rendimento das Famílias</b>					
<b>Rendimento Bruto Declarado por Agregado Fiscal [PT=100]</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Baixo Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	90,7	91,5
Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	91,1	91,6
Portugal	s.d.	s.d.	s.d.	100,0	100,0
<b>Rendimento Bruto Declarado Mediano dos Agregados Fiscais [PT=100]</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Baixo Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	95,6	95,9
Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	96,7	96,7
Portugal	s.d.	s.d.	s.d.	100,0	100,0
<b>Rendimento Bruto Declarado por Sujeito Passivo [PT=100]</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Baixo Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	90,8	91,2
Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	91,1	91,4
Portugal	s.d.	s.d.	s.d.	100,0	100,0
<b>Rendimento Bruto Declarado por Habitante [PT=100]</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Baixo Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	86,9	86,4
Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	91,3	90,9
Portugal	s.d.	s.d.	s.d.	100,0	100,0
<b>Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1.000 Habitantes em Idade Ativa [%]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	55,9	56,1	56,8	56,5	54,6
Alentejo	38,4	35,9	35,8	35,1	33,5
Portugal	36,1	33,3	32,4	32,5	31,8
<b>Mercado de Habitação</b>					
<b>Valor Mediano por m2 das Vendas de Alojamentos Familiares [PT=100]</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Baixo Alentejo	s.d.	s.d.	52,8	52,7	46,9
Alentejo	s.d.	s.d.	68,0	67,5	64,7
Portugal	s.d.	s.d.	100,0	100,0	100,0

<b>Valor Mediano por m2 dos Novos Contratos de Arrendamento de Alojamentos Familiares [PT=100]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	75,9	72,7
Alentejo	s.d.	s.d.	s.d.	76,5	72,3
Portugal	s.d.	s.d.	s.d.	100,0	100,0
<b>Crédito Hipotecário Concedido a Pessoas Singulares por Habitante [2014=100]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	100,0	134,5	209,9	236,2	261,6
Alentejo	100,0	149,2	194,3	238,3	264,2
Portugal	100,0	154,2	206,4	274,4	321,7
<b>Crédito Hipotecário Concedido a Pessoas Singulares por Habitante [PT=100]</b>					
	2014	2015	2016	2017	2018
Baixo Alentejo	114,3	99,7	116,2	98,4	93,0
Alentejo	95,1	92,0	89,5	82,6	78,1
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<b>AMBIENTE</b>					
<b>Abastecimento de Água</b>					
<b>Proporção de Alojamentos Servidos por Abastecimento de Água [%]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	89,0	89,0	90,0	90,0	90,0
Alentejo	90,0	90,0	91,0	91,0	91,0
Portugal (Continente)	95,0	95,0	95,0	96,0	96,0
<b>Água Distribuída [2013=100]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	100,0	97,7	99,3	96,2	102,2
Alentejo	100,0	100,6	107,1	108,0	109,4
Portugal (Continente)	100,0	99,5	102,7	103,0	105,9
<b>Água Distribuída por Habitante [m3]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	58,6	58,1	59,8	58,3	62,5
Alentejo	60,0	61,2	65,9	66,8	68,3
Portugal (Continente)	60,2	60,2	62,3	62,6	64,5
<b>Drenagem e Tratamento de Águas Residuais</b>					
<b>Proporção de Alojamentos Servidos por Drenagem de Águas Residuais [%]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	86,0	86,0	87,0	88,0	88,0
Alentejo	76,0	77,0	78,0	79,0	80,0
Portugal (Continente)	82,0	82,0	83,0	84,0	85,0
<b>Produção e Gestão de Resíduos Urbanos</b>					
<b>Resíduos Urbanos Recolhidos [2013=100]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	100,0	101,4	104,1	115,8	102,4
Alentejo	100,0	102,3	101,1	104,9	102,4
Portugal	100,0	102,4	103,7	106,5	109,0
<b>Resíduos Urbanos Recolhidos por Habitante [kg]</b>					
	2013	2014	2015	2016	2017
Baixo Alentejo	486	498	519	584	521
Alentejo	484	500	500	525	517
Portugal	440	453	454	474	487

<b>Peso Relativo dos Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	10,0	9,4	10,3	9,9	14,6
Alentejo	10,4	10,6	10,6	12,3	15,2
Portugal	12,8	13,6	15,4	16,6	18,6
<b>Peso Relativo dos Resíduos Urbanos Recolhidos Sujeitos a Valorização [%]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	11,5	8,2	12,1	37,5	19,6
Alentejo	27,1	32,1	36,6	40,0	37,7
Portugal	49,5	51,0	51,6	53,0	50,4
<b>Consumo Energético</b>					
<b>Consumo de Energia Elétrica [2013=100]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	100,0	102,0	109,4	111,8	117,3
Alentejo	100,0	99,7	104,0	104,7	107,8
Portugal	100,0	99,8	101,3	102,4	103,0
<b>Intensidade de Consumo de Energia Elétrica da Economia [kWh/€PIB]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	37	37	40	42	42
Alentejo	39	38	38	38	38
Portugal	26	25	25	25	24
<b>Consumo Doméstico de Energia Elétrica por Habitante [kWh]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	1.100	1.084	1.152	1.249	1.216
Alentejo	1.234	1.202	1.240	1.442	1.392
Portugal	1.177	1.145	1.156	1.267	1.220
<b>Consumo Público de Energia Elétrica por Habitante [kWh]</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Baixo Alentejo	391	423	527	358	405
Alentejo	404	441	531	350	371
Portugal	335	357	380	277	299

[página intencionalmente em branco]